



PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA



AT
AUDITORIA TÉCNICA

EXERCÍCIO 2019



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CONSELHO DE CURADORES
AUDITORIA TÉCNICA**

Chefe da Auditoria Técnica

Patrícia Paula Carvalho de Azevedo

Equipe de Auditoria

Aline Rodrigues Tavares de Freitas

Claudia Maria Rodrigues de Souza

Gleise Maria Índio e Bartijotto

José Afrânio Lopes de Oliveira

Luise Lyra de Serpa Pinto

Newley Magalhães

Ruy Barbosa Cavalcanti de Amorim

Secretaria e Apoio Administrativo

Maria Terezinha da Silva Gomes

APRESENTAÇÃO

A UFF foi criada em 18/12/1960, através da Lei nº 3.848, publicada no DOU de 20/12/1960, com a denominação de Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ) e instituída nos termos da Lei nº 3.958, de 13/09/1961, a partir da fusão de cinco Faculdades Federais, três estabelecimentos de Ensino estaduais e duas faculdades particulares sediadas no município. O atual nome foi homologado pela Lei nº 4.831, de 05/11/1965 e seu Estatuto aprovado pelo Conselho Federal de Educação, conforme Parecer nº 02/83, homologado por meio da Portaria Ministerial nº 177 de 02/05/1983.

A Unidade de Auditoria Interna da Universidade Federal Fluminense - UFF, identificada como Serviço de Auditoria Técnica – AT/CUR, instituída pelo parágrafo terceiro do artigo 27 do Estatuto Geral da UFF, com subordinação ao Conselho de Curadores, tendo por objetivo avaliar, de forma independente, as operações contábeis, financeiras e administrativas executadas pela Universidade.

A UFF, entidade autárquica de regime especial, possui responsabilidades institucionais vinculadas às políticas públicas de ensino, de pesquisa e de extensão, e possui sede em Niterói-RJ, estando presente em diversas unidades isoladas no município, no interior do Estado do Rio do Rio de Janeiro e no Estado do Pará.

E tem por missão, de acordo com seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), promover de forma integrada a produção e a difusão do conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural, e a formação de um cidadão imbuído de valores éticos que, com competência técnica, contribua para o desenvolvimento autossustentado do Brasil, com responsabilidade social.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), é uma ferramenta de gestão que tem o papel de tornar claros os objetivos organizacionais por meio da definição de seus objetivos estratégicos. De acordo com o PDI 2018-2022 da UFF:

A expansão ambiciosa da UFF, quando da adesão ao Programa de Expansão e Reestruturação (REUNI) das IFES, tornou-a uma das maiores universidades públicas do país em número de estudantes, cumprindo assim seu papel de responsabilidade social. Entretanto, tal expansão trouxe

consequências que impõem medidas de reorganização da instituição, tanto no aspecto acadêmico quanto no administrativo. Desse modo, o PDIUFF 2018-2022 tem como eixo central a REORGANIZAÇÃO.

A UFF possui, ainda, relacionamento sistemático com a Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à UFF – FEC, pessoa jurídica de direito privado constituída segundo a Lei nº 8.958, de 20/12/1994.

.I.

Introdução

Por meio da edição da Instrução Normativa CGU nº 09/2018, e da consequente revogação da Instrução Normativa nº 24/2015, a elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna foi modificada.

A cultura corporativa está fortemente baseada numa aliança entre dois fatores: (i) atendimento ao princípio constitucional da legalidade e (ii) submissão de vários, senão todos os elementos que compõem uma estrutura administrativa (gestão do espaço físico, gestão de pessoas, gestão de recursos, gestão de objetivos) a modelos de governança¹ padronizados ou, ao menos, passíveis de serem decompostos para identificação clara e quantificação das funções, metas, objetivos, controles, riscos, dentre outros elementos, para fins de monitoramento e avaliação.

Ela surge a partir do amadurecimento da Corte de Contas no seu papel de órgão de superposição do sistema de controle, bem como da interação com organizações internacionais que atuam na área de auditoria e controle interno e externo governamental, tais como a INTOSAI (*International Organisation of Supreme Audit Institutions*), a OLACEFS (*Organización Latinoamericana y del Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores*) e, no que se refere especificamente às atividades de auditoria interna, ao IIA (*Institute of Internal Auditors*), de onde replicam práticas profissionais e de gestão tidas, por tais organismos, como

¹ Segundo o TCU (2014, p.31), são funções da função governança: a) definir o direcionamento estratégico; b) supervisionar a gestão; c) envolver as partes interessadas; d) gerenciar riscos estratégicos; e) gerenciar conflitos internos; f) auditar e avaliar o sistema de gestão e controle; e g) promover a accountability (prestação de contas e responsabilidade) e a transparência.

as mais adequadas, modernas, eficientes e harmônicas para a interação profissional em tempos globalizados.

A partir do referencial teórico para o qual encaminha-se todas as atividades dos órgãos de auditoria pública e controle governamental, procura selecionar, com base no nível de risco oferecido por cada uma das macrofunções desenvolvidas pela organização como um todo, aquelas que, de acordo com uma matriz de risco, demandem atuação prioritária da Unidade de Auditoria Interna.

Antes, portanto, do advento da IN 24/2015, uma macrofunção poderia ser auditada, independente do risco que sua eventual disfunção representasse para a organização, além do elevado grau de subjetivismo na escolha dos temas a serem auditados.

A sistemática busca assegurar, a partir de critérios objetivos, que as macrofunções objeto de auditagem serão aquelas que, se disfuncionais, representarão para a Universidade grau de risco superior ao que ela estiver disposta - ou, em alguns casos, obrigada - a suportar, bem como traz critérios objetivos - a partir da matriz de riscos - para a eleição dos temas auditados em detrimento de outros.

O faz, sobretudo - e aí reside outro relevante aspecto - considerando a percepção dos gestores sobre os riscos e sobre as próprias atividades, o que carrega múltiplos significados: (i) fomenta a formulação de uma política de gestão de riscos, caso inexistente; (ii) fortalece os laços profissionais e a confiança institucional entre o auditor e o auditado, na medida em que torna as informações relativas à atividade de auditoria mais simétricas; e (iii) procura traçar uma linha divisória entre as atividades típicas de gestão e, por exclusão, sem que se confundam com aquelas, as atividades de assessoramento que integram as atribuições de uma Unidade de Auditoria Interna.

Tecidas essas considerações introdutórias, passa-se a expor a metodologia utilizada para elaboração do Plano de Atividades de Auditoria relativo ao exercício de 2019.

.II. Metodologia Adotada

A partir do nivelamento de melhores práticas (*benchmarking*) e participação em eventos de capacitação (o que só reforça a necessidade de que sejam oferecidos aos auditores internos em maior quantidade e variedade²), foram utilizados recursos disponíveis no Referencial de Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública³, publicação desenvolvida pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Tribunal de Contas da União.

A Auditoria com Base em Riscos (ABR), é, portanto, uma metodologia desenvolvida para inserir de forma harmônica a atividade de auditoria interna num modelo de governança que incorpore a gestão de riscos. Adaptada à realidade da UFF, a metodologia foi materializada a partir da fusão das melhores práticas identificadas em instituições coirmãs e na entidade de superposição da rede de controle.

Pois bem. A representação gráfica da metodologia pode ser visualizada por meio do fluxograma constante da figura 01.

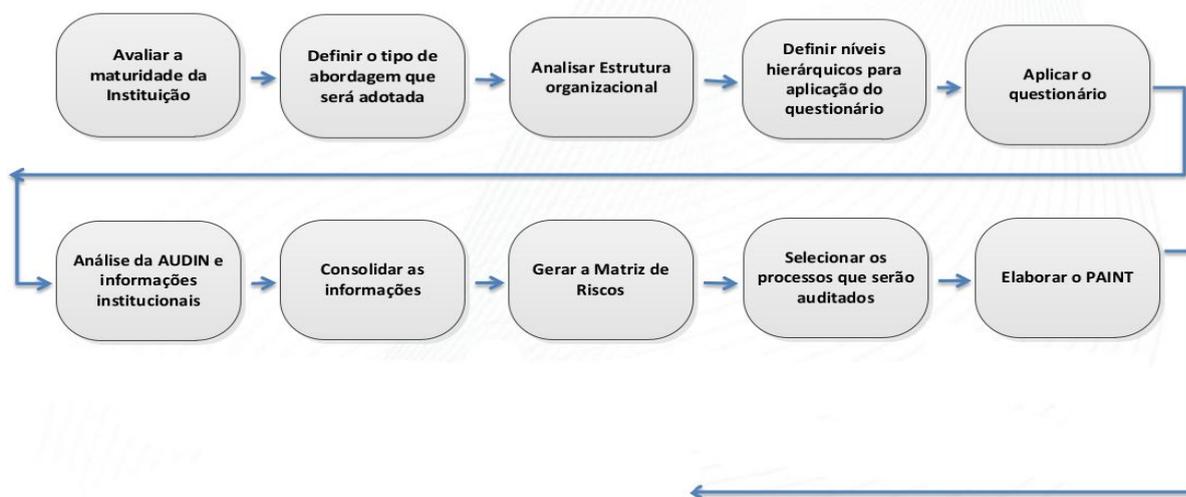


Figura 01: Fluxograma da ABR. Adaptado de CARUSO (2016).

² Neste sentido, o item 1.8.1 do Acórdão nº 704/2014 - TCU – 2ª Câmara

³ Disponível em <<http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A24F0A728E014F0B34D331418D>>. Acesso em 11.out.2018.

II.1 - Avaliação da Maturidade de Riscos da Instituição

Inexiste uma política formalizada de gestão de riscos na Universidade, ou seja, não há nenhuma abordagem formal aprovada. Logo, segundo a metodologia adotada, a maturidade de riscos da universidade é definida como ingênua. Trata-se do nível básico na escala de avaliação de maturidade e representa grande potencial para desenvolvimento de uma cultura corporativa orientada para os riscos.

II.2 - Definição da Abordagem Adotada

O resultado da avaliação da maturidade de riscos direciona a abordagem da Auditoria com Base em Riscos, na forma definida pela figura 02.

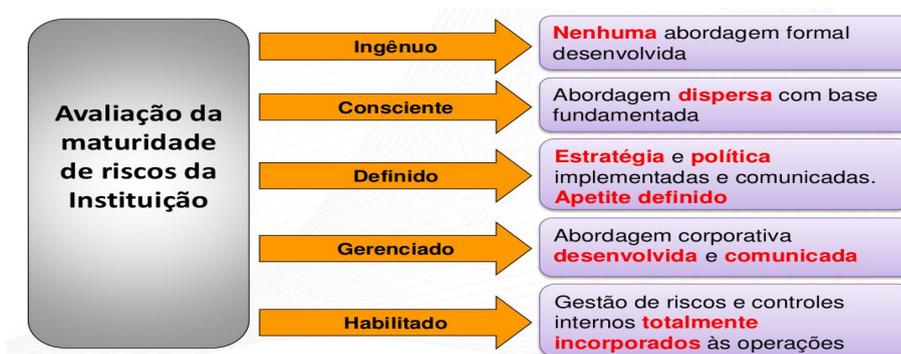


Figura 02: Resultado da avaliação da maturidade de riscos. CARUSO (2016).

Segundo a metodologia adotada, a avaliação do grau de maturidade da gestão de riscos na instituição define a abordagem da Unidade de Auditoria Interna, para definição de uma estratégia de atuação e elaboração da matriz de riscos, justamente para que as atividades de auditoria - compulsoriamente selecionadas de acordo com o risco oferecido pelos objetos - estejam alinhadas com o nível de maturidade de gestão de riscos da instituição.

Isto porque militaria em desfavor da racionalização dos controles uma estratégia de atuação uniforme, sem qualquer flexibilidade, que fosse aplicada a instituições com diferentes graus de maturidade de risco, o que fica bem delineado na figura 03.

Grau de Maturidade	Garantia	Consultoria	Planejamento
Ingênuo	Processos de controle	Promover a gestão de riscos	Arcabouço alternativo
Consciente	Processos de controle	Promover a gestão de riscos	Arcabouço alternativo
Definido	Política de gestão de riscos e processos de controle	Reforçar visão da direção	Arcabouço alternativo
Gerenciado	Processos de gestão de riscos	Melhorar a gestão de riscos	Base no cadastro de riscos
Habilitado	Processos de gestão de riscos	Conforme necessidade	Base no cadastro de riscos

Figura 03: Abordagens da Auditoria Interna em função da maturidade de riscos. CARUSO (2016).

Assim, a partir da inexistência de uma abordagem formal para a temática da gestão de riscos na Universidade, a estratégia de atuação da Auditoria Interna será garantir processos de controle, promover a gestão de riscos, planejando tais atividades com base em arcabouço alternativo que congregue, tanto quanto possível, o fator risco.

Ou seja, a avaliação do grau de riscos oportuniza à Unidade de Auditoria Interna uma resposta sobre como conduzir as atividades de auditoragem com base em riscos. Enquanto numa instituição ainda imatura neste aspecto é necessário que a Auditoria Interna fomente a gestão de riscos, em níveis superiores de maturidade a consultoria prestada é apenas sob demanda, pois, nestes cenários, a instituição já possui mecanismos e instâncias próprias de gerenciamento de riscos corporativos, o que, mais uma vez, fica claramente ilustrado na figura 04.

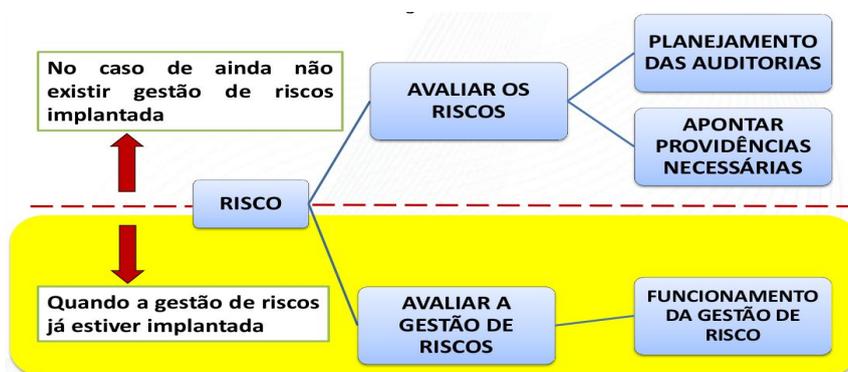
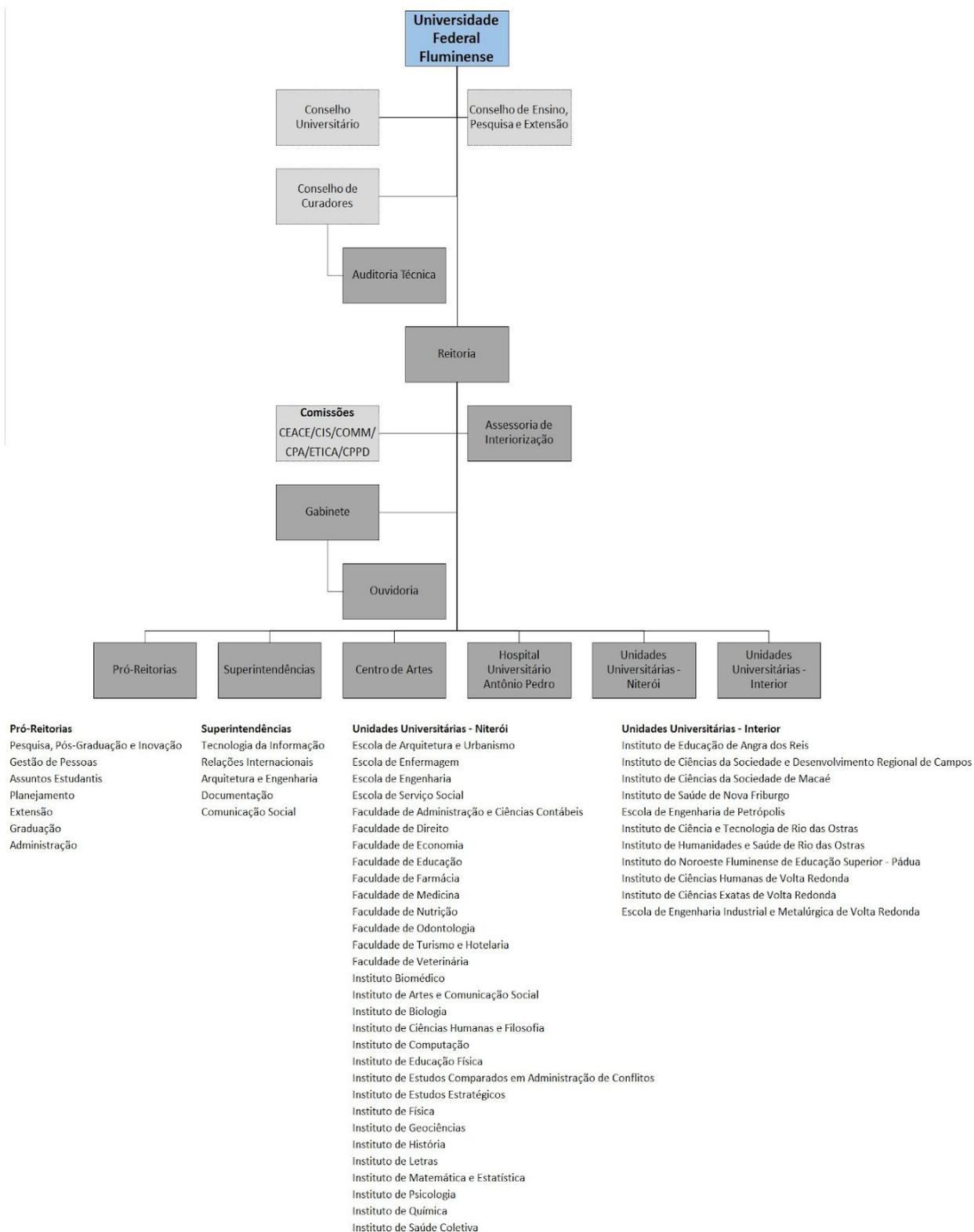


Figura 04: Papel da Auditoria Interna na Gestão de Riscos. CARUSO (2016).

Num cenário de maior maturidade de riscos, todas as atividades, quer sejam finalísticas ou de apoio, que constituem os macroprocessos, estariam mapeadas e descritas.

II.3 - Análise da Estrutura Organizacional

Da análise da estrutura organizacional da Universidade, para fins de definição dos níveis hierárquicos para avaliação dos riscos.



Neste contexto, a Universidade elencou as competências de suas diversas subunidades organizacionais cuja atuação foi compreendida pela alta administração como estratégica, consoante os quadros abaixo reproduzidos:

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências
Conselho Universitário CUV	<p>Órgão supremo de deliberação coletiva, presidido pelo reitor e integrado pelo vice-reitor, pelos ex-reitores, enquanto estiverem no exercício do magistério, pelos diretores das unidades acadêmicas, por representantes do corpo docente, do corpo discente e da comunidade.</p> <p>É composto de cinco câmaras especializadas: Câmara de Legislação e Normas, Câmara de Orçamento e Finanças, Câmara de Assuntos Educacionais e Culturais e de Integração Comunitária, Câmara de Assuntos Administrativos, e Câmara de Assuntos Estudantis.</p>
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão CEPEx	<p>Órgão eminentemente técnico para a coordenação do ensino, da pesquisa e da extensão. É presidido pelo reitor, integrado pelos pró-reitores, por representantes do corpo docente, do corpo discente e da comunidade. São três as câmaras especializadas: Câmara de Ensino, Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação e Câmara de Extensão e Integração Comunitária.</p>
Conselho de Curadores CUR	<p>Órgão de fiscalização econômico-financeira da UFF, presidido pelo presidente da Câmara de Orçamento e Finanças do Conselho Universitário e integrado por representantes do corpo docente, do corpo discente, da comunidade e do Ministério da Educação.</p>
Reitoria RET	<p>Órgão central executivo, dirigido pelo reitor, responsável pela gestão institucional de todas as atividades da Universidade, sendo assessorado por pró-reitorias que exercem atribuições de coordenação e supervisão, como órgãos centrais dos respectivos sistemas.</p>
Ensino de Graduação PROGRAD	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver políticas de graduação por meio de ações que promovam a melhoria do desempenho acadêmico, contribuindo para a formação profissional dos estudantes, mediante planejamento, orientação, supervisão, coordenação, administração e execução das atividades da UFF; • gerenciar, coordenar projetos e programas e realizar eventos ligados à graduação; • coordenar estágios e programas de monitoria; • dar apoio ao ensino de graduação, à avaliação e à seleção acadêmica; • apoiar as atividades de coordenação dos programas de educação à distância.

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências
Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação PROPI	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar, desenvolver e divulgar, política de pesquisa e pós-graduação, e <i>lato sensu</i> aprovada pelos Conselhos Superiores competentes; • elaborar, viabilizar e coordenar programas de bolsas de iniciação científica; • promover a integração das atividades das esferas específicas de sua competência com o ensino de graduação e extensão; • promover a captação de recursos junto aos órgãos públicos e privados, para o desenvolvimento ou implantação das atividades de pesquisa e pós-graduação; • articular o sistema de inovação científica e tecnológica.
Extensão PROEX	<ul style="list-style-type: none"> • Propor e implementar as linhas políticas da extensão universitária da Universidade, promovendo a reflexão, o debate, o reconhecimento, a reformulação e o redimensionamento das atividades sob sua esfera de competência; • promover gestões junto a órgãos públicos e privados, nacionais e internacionais, visando à captação de recursos para o desenvolvimento ou implantação de atividades inerentes à sua esfera de competência; • estender às comunidades interna e externa as atividades de ensino e de pesquisa, sob a forma de ações de extensão; • promover a integração acadêmica, por intermédio da implementação de atividades que visem à flexibilização curricular, ampliando as experiências de ensino/aprendizagem; • criar as condições para a participação da Universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para se constituir em organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas; e • tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria Universidade.
Planejamento PROPLAN	<ul style="list-style-type: none"> • Assessorar a política global de planejamento da UFF, por intermédio da análise técnica da evolução da universidade e de assessoria na formulação de diretrizes e metas para o seu desenvolvimento; • coordenar a elaboração e consolidação das propostas do orçamento da instituição, assessorando as demais unidades no âmbito de sua competência.

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências
Assistência Estudantil PROAES	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver políticas de apoio estudantil por meio de ações que promovam a melhoria do desempenho acadêmico, contribuindo para a formação profissional e cidadã dos estudantes da UFF; • planejar, orientar, supervisionar, coordenar, administrar e executar as atividades da Universidade no que se refere a projetos de apoio social, promoção de saúde, concessão de bolsas, apoio acadêmico, e gestão de moradia aos estudantes da UFF; • coordenar a gestão do Restaurante Universitário e do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão - Sensibiliza UFF.
Gestão de Pessoas PROGEPE	Planejar, orientar, supervisionar, coordenar, administrar e executar atividades de coordenação de pessoal, capacitação e qualificação, lotação e movimentação de pessoal, coordenação de atenção integral à saúde e qualidade de vida, segurança no trabalho e saúde ocupacional, controle de pagamentos de pessoal, registros, direitos e vantagens, admissão e cadastro de pessoal, procedimentos administrativos disciplinares.
Administração PROAD	Planejar, orientar, supervisionar, coordenar, administrar e desenvolver atividades de transporte, de segurança e de logística, compras de material e contratos, administração financeira e de protocolo, e licitações.
Tecnologia da Informação STI	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar a gestão de infraestrutura de <i>software</i> e <i>hardware</i> da UFF; • planejar e executar a política de informática da Universidade; • pesquisar, desenvolver, executar e participar de projetos em tecnologia de informação e serviços de informática tanto internamente, nos diversos campi que compõem a UFF, como em parcerias com municípios e estados; • captar recursos mediante projetos, consultoria e serviços em TI.
Comunicação Social SCS	<ul style="list-style-type: none"> • Propor políticas de comunicação alinhadas aos objetivos da Universidade; • desenvolver mecanismos que favoreçam a visibilidade positiva da Instituição; • divulgar ações e pesquisas desenvolvidas por pesquisadores da Instituição, buscando responder as demandas da sociedade; • assessorar o Gabinete do Reitor quanto às demandas da imprensa.
Relações Internacionais SRI	<ul style="list-style-type: none"> • Em consonância com a filosofia da política de formação acadêmica da UFF, valorizar a inserção internacional de seus quadros docente e discente, facilitando o acesso às oportunidades de mobilidade acadêmica internacional em instituições de ensino e pesquisa com as quais a UFF mantém acordos de cooperação.

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências
Documentação SDC	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar, técnica e administrativamente, o sistema de bibliotecas e arquivo da Universidade – atualmente composto de 26 bibliotecas, do arquivo central e dois laboratórios, um de conservação e restauração de documentos (LACORD) e outro de reprografia (LARE); • proporcionar recursos informacionais e assessoria técnica na área de documentação, por meio de redes e sistemas integrados, facilitando o acesso à informação em nível nacional e internacional; • apoiar os programas de ensino, pesquisa e extensão da Universidade; • desenvolver serviços e produtos que atendam às necessidades de informação da comunidade acadêmica da UFF.
Arquitetura e Engenharia SAEN	<ul style="list-style-type: none"> • Planejar, orientar, supervisionar, coordenar, administrar, projetar e executar as atividades da Universidade no que se refere à gerência e execução de projetos e obras de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo. • desenvolver atividades de manutenção de bens móveis e imóveis, gerência de meio ambiente e administração patrimonial; • gerenciar o uso dos espaços dos <i>campi</i> universitários, exceto das unidades do interior.
Difusão Cultural CEART	<ul style="list-style-type: none"> • Exibir filmes; promover apresentações teatrais, shows musicais, concertos de música de câmara e sinfônica, e exposição de artes plásticas e fotografias; • realizar debates, encontros e festivais, visitas guiadas, cursos de extensão em Iniciação Musical; • promover apresentações dos conjuntos musicais do Centro de Artes UFF (Música Antiga, Quarteto de Cordas, Coro Jovem) em <i>campi</i> da Universidade e instituições culturais no interior do estado.
Hospital Universitário HUAP	Estabelecer diretrizes gerais e específicas para o HUAP, cumprir e fazer cumprir as normas legais, estatutárias e regimentais, expedir instruções, determinações e ordens internas de serviço, coordenar e acompanhar as atividades assistenciais, operacionais e administrativas visando ao bom funcionamento da instituição. Elaborar junto com o Gestor Local o contrato de metas e acompanhar a sua execução.

Segundo o Relatório de Gestão 2017 da UFF, os Macroprocessos finalísticos são aqueles que estão diretamente relacionados com o negócio da instituição e sua razão de existir: o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, e que estão organizados em três grandes áreas: macroprocesso de ensino, macroprocesso de pesquisa e macroprocesso de extensão, os quadros com as suas descrições estão disponíveis no relatório mencionado.

II.4 - Receita Orçamentária

A Proposta Orçamentária, prevista para os exercícios de 2016 a 2018, apresentada na Unidade Orçamentária, **26236**, possui a seguinte distribuição programática:

UO -26236 - Universidade Federal Fluminense

Rótulos de Linha	Soma de 2016	Soma de 2017	Soma de 2018	2017 x 2016	2018 x 2017
			-		
APLICACOES DIRETAS	100.784.546,44	106.993.501,49	55.493.597,86	6,2%	-48,1%
APLICACOES DIRETAS - OPER.INTRA-ORCAMENTARIAS	337.532,00	3.600,00	19.781.700,28	-98,9%	549391,7%
APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	411.633.128,91	485.010.863,00	554.770.090,47	17,8%	14,4%
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	15.121.405,44	17.878.979,97	10.200.819,00	18,2%	-42,9%
AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	131.466,00	504.900,63	25.000,00	284,1%	-95,0%
AUXILIO-ALIMENTACAO	23.810.846,64	39.145.614,32	38.055.081,00	64,4%	-2,8%
AUXILIO-TRANSPORTE	7.479.903,76	7.674.979,00	10.259.801,24	2,6%	33,7%
CONTRATACAO P/TEMPO DETERMINADO	20.345.500,00	17.837.700,00	22.686.000,00	-12,3%	27,2%
CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	4.805.600,31	4.045.052,00	5.922.209,00	-15,8%	46,4%
CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	362.100,00	979.447,81	1.055.766,73	170,5%	7,8%
CONTRIBUICOES	-	14.000,00	100.880,58	0,0%	620,6%
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	52.215.354,71	41.083.166,97	59.471.674,31	-21,3%	44,8%
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	726.324,24	849.039,40	1.115.894,77	16,9%	31,4%
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.461.775,15	1.372.537,47	7.882.913,20	-69,2%	474,3%
INDENIZACOES E RESTITUICOES	11.853.071,72	10.456.926,00	11.312.775,28	-11,8%	8,2%
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	48.948.425,77	30.030.722,45	21.997.132,43	-38,6%	-26,8%
MATERIAL DE CONSUMO	5.354.056,02	5.685.905,58	5.724.200,63	6,2%	0,7%
MATERIAL, BEM OU SERVICO P/ DISTRIB. GRATUITA			4.840,00	0,0%	0,0%
OBRAS E INSTALACOES	3.606.214,98	7.322.305,76	158.653,08	103,0%	-97,8%
OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	182.229,20	534.844,51	262.801,09	193,5%	-50,9%
OBRIGACOES PATRONAIS	75.000,00	75.000,00	75.000,00	0,0%	0,0%
OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	169.774.103,77	190.534.255,00	192.405.141,58	12,2%	1,0%
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	72.943,54	137.448,53	111.558,04	88,4%	-18,8%
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	5.114.900,00	4.727.807,00	4.727.000,00	-7,6%	0,0%
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	1.979.406,06	3.377.436,00	3.522.778,80	70,6%	4,3%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	2.960.140,54	3.692.751,97	6.763.379,31	24,7%	83,2%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	34.353.721,01	30.343.386,09	34.001.023,21	-11,7%	12,1%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (INTRA)	34.473,68	45.852,44	61.456,01	33,0%	34,0%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	423.268,12	14.990,54	276.469,89	-96,5%	1744,3%
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	463.438,52	392.450,00	624.042,39	-15,3%	59,0%
PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	112.390.000,00	115.580.000,00	110.520.000,00	2,8%	-4,4%
PENSOES ESPECIAIS	142.000,00	144.684,00	149.472,00	1,9%	3,3%
PREMIACOES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTR.	350,00			-100,0%	0,0%
RESSARC. DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO		96.221,68	226.000,00	0,0%	134,9%
RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	1.063.886,81	338.164,71	765.306,45	-68,2%	126,3%
SENTENCAS JUDICIAIS	4.333.820,94	6.547.888,86	13.890.761,55	51,1%	112,1%
SERVICOS DE CONSULTORIA		37.654,88	-	0,0%	-100,0%
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ			1.715.712,71	0,0%	0,0%
SUBVENCOES ECONOMICAS	320.854,82	2.540,16	1.077,74	-99,2%	-57,6%
TRANSF. A INST. PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	218.376,00	105.665,49	14.526,42	-51,6%	-86,3%
TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR			13.400,00	0,0%	0,0%
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	814.717.541,90	964.463.136,29	959.641.538,95	18,4%	-0,5%
Total Geral	1.860.597.707,00	2.098.081.420,00	2.155.787.476,00	12,8%	2,8%

Fonte: Tesouro Nacional

A proposta orçamentária de 2019 ainda não está disponível.

II.5 - Definição dos Níveis para Elaboração da Matriz de Riscos

Das diversas formas existentes de classificar os riscos inerentes aos processos organizacionais da Instituição, optou-se por utilizar como base questionários aplicados aos gestores das áreas estratégicas, a Unidade de Auditoria Interna, e ao Conselho de Curadores, enquanto não estão mapeadas todas as atividades desenvolvidas pela Universidade.

Assim sendo, os riscos foram mensurados, tendo por base a análise dos riscos inerentes dos macroprocessos de cada um dos setores, corroborados com as prioridades presentes no Plano de Desenvolvimento Institucional, assim como levando-se em conta o montante e a natureza dos recursos geridos por cada uma das áreas. Como fruto desta análise foi elaborada uma relação de áreas, Macroprocessos e processos, dentro de uma perspectiva de risco, para serem contemplados com os exames de auditoria para o exercício de 2019.

A fim de que se conheça a magnitude do grau de risco relativo a cada área da UFF foi utilizada as variáveis básicas utilizadas para a planificação dos trabalhos de auditoria e que constam das referidas questões para os membros da Auditoria são: a) Materialidade - que leva em consideração o montante dos recursos orçamentários e financeiros envolvidos; b) Relevância – que considera a importância relativa ou o papel desempenhado por determinada questão, situação ou unidade; e c) Criticidade – que se refere aos elementos de vulnerabilidade ou riscos potenciais.

Almejando corroborar com a elaboração de uma matriz de risco mais coerente e menos enviesada, foi elaborado o questionário técnico, em anexo (I), e este foi respondido por membros desta Auditoria Interna. Assim sendo, foram elaboradas 7 (sete) questões pertinentes à atuação da Auditoria Interna, com critérios de pontuação pré-definidos, podendo o somatório variar de 0 (zero) até 100 (cem).

Para os Gestores foram elaboradas 18 questões baseadas no questionário do TCU, em anexo (II), foi estabelecida uma legenda contendo quatro itens possíveis de resposta cuja pontuação varia de 0 (zero) a 3 (três). Assim, os pontos são atribuídos de acordo com

a percepção do avaliador quanto à resposta apropriada para cada afirmação, tendo em vista as seguintes alternativas:

(0) Concordo totalmente: significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado ou válido no contexto da área avaliada; (1) Concordo em grande parte, mas não totalmente: significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado ou válido no contexto da área avaliada, porém, em sua maioria; (2) Não concordo em grande parte, mas não totalmente: significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado ou válido no contexto da área avaliada, porém, em sua minoria; e (3) Não concordo totalmente: significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da área avaliada.

No questionário aplicado aos Conselheiros foi atribuído a pontuação de 1 a 3, sendo 1 baixo risco, 2 médio e 3 alto, anexo (III).

Com a elaboração da Matriz de Risco, almejou-se subsidiar o planejamento dos trabalhos de auditoria, quando da elaboração do PAINT 2019, na definição do escopo da análise e no direcionamento geral dos trabalhos. Além disso, a matriz demonstrará se o grau de risco das áreas é baixo ou desprezível, médio, alto ou altíssimo (crítico).

II.6 - Resultado da Aplicação dos Questionários

A avaliação do ambiente de riscos relativamente ao exercício de 2019 foi elaborado por meio do preenchimento, dos questionário em anexo, cujos resultados foram tabulados para obtenção da matriz de riscos.

Ressalte-se que os pesos das avaliações foram atribuídos de acordo com as seguintes distribuições:

- Avaliação dos Gestores: peso 4 para as áreas que responderam ao questionário e zero para as áreas que não responderam;
- Avaliação dos Conselheiros: peso 1 para as áreas que os gestores responderam e peso 2 para as áreas que os gestores não responderam ao questionário;
- Avaliação da Auditoria: peso 5 para as áreas que os gestores responderam e peso 8 para as áreas que os gestores não responderam ao questionário.

As Pró-Reitorias de Administração, de Assistência estudantil, Superintendência de Relações Internacionais e o Centro de Artes são as áreas que não responderam ao questionário.

Sendo assim, o valor resultante das avaliações dos Gestores, dos Conselheiros e da Auditoria Interna foram classificadas as áreas do maior para o menor grau de risco, bem como adotada os intervalos e cores descritos a seguir:

Risco baixo	0 a 25%
Risco médio	25,01 a 50%
Risco alto	50,01 a 75%
Risco altíssimo ou crítico	75,01 a 100%

A tabela a seguir detalha os macroprocessos e o grau de risco.

Área	Área	Grau de risco na visão do gestor	Grau de risco na visão do CUR	Grau de risco na visão do AUDIN	Grau de risco - média ponderada
Pró-Reitoria de Assistência Estudantil	Área 2	0,00%	100,00%	68%	74,40%
Pró-Reitoria de Administração	Área 1	0,00%	83,33%	68%	71,07%
Pró-Reitoria de Graduação	Área 5	46,30%	83,33%	78%	65,85%
Superintendência de Arquitetura e Engenharia	Área 8	55,56%	66,67%	62%	59,89%
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas	Área 4	51,85%	66,67%	63%	58,91%
Pró-Reitoria de Planejamento	Área 7	40,74%	100,00%	63%	57,80%
Superintendência de Relações Internacionais	Área 11	0,00%	50,00%	50%	50,00%
Pró-Reitoria de Extensão	Área 3	20,37%	83,33%	65%	48,98%
Superintendência de Tecnologia da Informação	Área 12	37,04%	50,00%	52%	45,81%
Superintendência de Comunicação Social	Área 9	57,41%	50,00%	35%	45,46%
Superintendência de Documentação	Área 10	50,00%	33,33%	40%	43,33%
Centro de Artes	Área 13	0,00%	50,00%	30%	34,00%
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação	Área 6	11,11%	50,00%	47%	32,94%

II.7 - Análise das Informações Coletadas

As atividades previstas para o PAINT/2019 foram planejadas de acordo com a capacidade de execução, representada pelo número de servidores alocados na Auditoria Técnica, conforme levantamento de Homens-hora - Hh, apresentado abaixo.

Dias úteis	Nº servidores	Horas por dia	Hh	Férias Hh	Melhoria UAI	Capacitação	Total Hh trabalho
244	6	8	11.712	(1.056)	(720)	(360)	9.576

Nota: Dois servidores estão afastados para cursar pós-graduação stricto sensu no país, disciplinado pelo art. 96-A e seguintes da Lei nº 8.112/1990, assim não calculamos a força de trabalho desses servidores.

A partir da distribuição de Homens-hora, ficou definido 720h para aprimoramento do site da Auditoria Técnica, atualização de seu Regimento Interno e melhoria da qualidade da UAI.

Do total de Hh de trabalho, 8.020 Hh, serão distribuídas entre os trabalhos a serem realizados em função de obrigação normativa e os identificados com base no grau de risco, 1.056Hh destinadas para conclusão dos trabalhos iniciados em 2018 e 500 Hh para reserva técnica.

Conforme a tabela dos macroprocesso e grau de risco, nenhuma área foi classificado como crítica. Entretanto, das 13 áreas, 6 delas foram classificados como grau de risco Alto.

Na análise do orçamento, verifica-se que grande parte dele se dá com a área de pessoal. Assim, verifica-se que a área de Gestão de Pessoas é a que representa grande relevância e merece atenção. Contudo, tendo em vista que tal área vem sendo auditada anualmente por esta Auditoria Interna e é feito um acompanhamento sistemático por parte dos Órgãos de Controle Interno e Externo, optamos por priorizar outras áreas no exercício de 2019. De qualquer forma, serão auditadas as atividades da Coordenação de Pessoal Docentes - CPD.

Outra área que apresenta grande relevância, diante do relatório de manifestações da Ouvidoria, e que também merece destaque é a Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD, no processo de expedição de certificados e diplomas.

De acordo com o resultado apresentado pela matriz de risco, para o PAINTE/2019, atendendo à necessidade de atuação na área fim da instituição, serão realizadas ações no macroprocesso Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proaes), será analisada as atividades relacionadas ao Restaurante Universitário, área de grande importância por motivos socioeconômicos.

Na Pró-Reitoria de Administração (Proad), optamos por focar nos contratos com as concessionárias de serviço público, visando consumo consciente e sustentabilidade.

Outro ponto a ser ponderado para a escolha das ações a serem incluídas no PAINTE/2019 são as áreas estratégicas que obtiveram maior relevância na análise de risco, quais sejam:

- PROPLAN - DCF - Verificaremos a conformidade dos registros contábeis. Serão analisadas as contas contábeis mais relevantes, constantes do balancete desta Universidade. Será emitido parecer sobre as Demonstrações Contábeis do 1º e 2º Semestre de 2019. Esta ação de auditoria é relevante para subsidiar a prestação de contas referente ao exercício de 2018.
- SAEN - Verificaremos a manutenção predial. Área de grande importância, a implantação de uma política de manutenção evita gastos onerosos e proporciona segurança para os usuários.

Atendendo ao acórdão nº 1178/2018 - TCU - Plenário, trabalharemos na verificação da transparência na relação entre a UFF e sua Fundação de apoio.

No Anexo IV é apresentado um quadro resumo contendo a totalidade das ações previstas para o PAINTE/2019, onde além das atividades consideradas de Alto Risco, também estão consignadas as atividades compulsórias de Controle da Gestão e de Assessoramento, que são competências da Auditoria Técnica.

.III.

Capacitação e Participação em Eventos

Os treinamentos planejados para a equipe de auditoria, sendo no mínimo 60h para cada servidor integrante da equipe de auditoria, a serem realizados ao longo do exercício, estão descritos a seguir:

- Participação no 50º FONAI/MEC Integração e treinamentos dos auditores internos de todas as instituições federais vinculadas ao MEC
- Participação no 51º FONAI/MEC Integração e treinamentos dos auditores internos de todas as instituições federais vinculadas ao MEC
- Semana de Administração Orçamentária e Financeira e Contratações Públicas - ESAF
- Curso de editor de planilha eletrônica avançado
- Treinamento em análise e melhoria dos processos
- Curso na área de Indicadores de Desempenho
- Curso na área de Folha de Pagamento
- Curso na área de Licitações e Contratos
- Curso na área de Auditoria Governamental
- Curso na área de Orçamento Público
- Curso na área de Contabilidade Pública
- Treinamento em auditoria, relatórios e papéis de trabalho

Ainda, os projetos de reciclagem apresentados pela UFF, pelo Governo Federal, pelos órgãos de classe e tantos outros que forem convenientes e oportunos, serão oferecidos a equipe de auditoria.

.IV.

Conclusão

Os trabalhos desenvolvidos pela Unidade de Auditoria Interna, concentrará esforços nas macrofunções da organização que oferecem maior grau de riscos. As demandas extraordinárias recebidas pela Unidade de Auditoria Interna serão levadas para discussão no Conselho de Curadores.

Almejamos, por fim, com essas medidas oferecer mais qualidade no fortalecimento da gestão e nas ações de controle, gerando material que possa subsidiar a alta administração para a tomada de decisões, primando pelo cumprimento das normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal.

Niterói-RJ, em 21 de novembro de 2018.

Patrícia Paula Carvalho de Azevedo
Chefe da Auditoria Técnica
Mat. SIAPE 01465608

Referências

BRASIL. Tribunal de Contas da União - TCU. Glossário de termos do controle, 2012. Disponível em: . Acesso em: 1 Out. 2013.

DE CICCIO, Francesco. Auditoria Baseada em Riscos. Série Risk Management. Risk Tecnologia Editora. São Paulo, 2007.

CARUSO, Adriana Maria Couto. Metodologia de Auditoria Baseada em Riscos. Apresentação em Powerpoint disponível em <http://www.cgu.gov.br/sobre/institucional/eventos/2016/ii-seminario-de-auditoria-interna-governamental/arquivos/22_11-ufabc.pdf>.

ANEXO I

A Instrução Normativa CGU nº 09, de 09 de outubro de 2018, ao estabelecer nova disciplina de elaboração dos instrumentos de planejamento (PAINT) e reporte (RAINT) das Unidades de Auditoria Interna, normatiza o conceito de auditoria com base em riscos.

Art. 3º O PAINT deve ser elaborado pela UAIG com finalidade de definir os trabalhos prioritários a serem realizados no período objeto do plano. Parágrafo único. São princípios orientadores do PAINT, a autonomia técnica, a objetividade e a harmonização com as estratégias, os objetivos e os riscos da Unidade Auditada. Art. 4º Na elaboração do PAINT, a UAIG deverá considerar o planejamento estratégico da Unidade Auditada, as expectativas da alta administração e demais partes interessadas, os riscos significativos a que a Unidade Auditada está exposta e os processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos da Unidade Auditada.

A avaliação do ambiente de riscos relativamente ao exercício de 2019 será elaborada em parte pela avaliação subjetiva da Unidade de Auditoria Interna, por meio do preenchimento, por membros integrantes da equipe, do questionário em anexo, cujos resultados numéricos serão objeto de média para obtenção da matriz de riscos, para fins de atendimento à IN CGU nº 09/2018.

Avaliação do “grau de risco” (vulnerabilidade) das atividades e macroprocessos desenvolvidos pela Universidade - Unidade de Auditoria Interna

1) A atividade envolve materialidade expressiva (volume financeiro) ou chaves (relacionados com atividades finalísticas da instituição)?

(0) Não ; (10) sim

2) Quando foi a última vez que a atividade foi auditada?

(0) Nos últimos 6 (seis) meses (5) No intervalo de 6 (seis) a 12 (doze) meses (10) No intervalo de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) meses (15) Há mais de 2 (dois) anos (20) Nunca

3) Qual o montante em recursos orçamentários dedicados à atividade?

(0) De R\$ 0,00 a R\$ 100.000,00 (5) De R\$ 100.000,01 a R\$ 1.000.000,00 (10) De R\$ 1.000.000,01 a R\$ 10.000.000,00 (15) De R\$ 10.000.000,01 a R\$ 50.000.000,00 (20) Acima de R\$ 50.000.000,00

4) Com base nos conhecimentos/experiência dos auditores, como são avaliados os controles internos da atividade?

(0) Ótimos (5) Bons (10) Razoáveis (15) Frágeis (20) Muito frágeis

5) Com base nos conhecimentos/experiência dos auditores, as informações disponibilizadas pela área executora da atividade, nos mais variados meios, são dotadas de qualidade e propiciam uma comunicação adequada com interessados?

(0) Frequentemente ; (5) algumas vezes ; (10) raramente

6) Qual a probabilidade e o impacto de riscos à imagem da UFF na execução da atividade?

(0) Baixa probabilidade e baixo impacto (5) Alta probabilidade e baixo impacto (10) Baixa probabilidade e alto impacto (15) Alta probabilidade e alto impacto

7) A área costuma acatar/implementar recomendações feitas pela Auditoria Interna e pelos órgãos de controle (CGU e TCU)?

(0) Não houve recomendação; (1) sempre; (2) frequentemente; (3) algumas vezes; (4) raramente; (5) nunca

Unidade e Competências	Questões							TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	
Ensino de Graduação - PROGRAD								
Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - PROPPi								
Extensão - PROEX								
Planejamento - PROPLAN								
Assistência Estudantil - PROAES								
Gestão de Pessoas - PROGEPE								
Administração - PROAD								
Tecnologia da Informação - STI								
Comunicação Social - SCS								
Relações Internacionais - SRI								
Documentação - SDC								
Arquitetura e Engenharia - SAEN								
Difusão Cultural - CEART								

ANEXO II - Questionário Gestores

FATORES A SEREM AVALIADOS	AVALIAÇÃO			
	A afirmativa é totalmente aplicada	A afirmativa é aplicada em sua maioria	A afirmativa é aplicada em sua minoria	A afirmativa não é aplicada
AMBIENTE DE CONTROLE				
1. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela área são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis de sua estrutura.				
2. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão formalizados.				
3. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos servidores dos diversos níveis da estrutura da área na elaboração dos procedimentos das instruções operacionais.				

4. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				
5. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades de competência da área.				
6. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela área.				
AVALIAÇÃO DE RISCO				
7. Os objetivos e metas da área estão formalizados.				
8. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da área.				
9. É prática da área o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				
10. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				
PROCEDIMENTOS DE CONTROLE				
11. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da área, claramente estabelecidas.				
12. As atividades de controle adotadas pela área são apropriadas, funcionam consistentemente e possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam resultar de sua aplicação.				
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO				
13. A informação relevante para área é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente aos interessados.				
14. As informações consideradas relevantes pela área são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao pessoal da área tomar as decisões apropriadas.				
15. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da área, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				
MONITORAMENTO				
16. O sistema de controles internos da área é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				
17. O sistema de controles internos da área tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações realizadas.				
18. O sistema de controles internos da área tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				

ANEXO III - Questionário Conselheiros

AVALIAÇÃO DE CRITICIDADE DE RISCOS

PROAD

Processos auditáveis:

- ✓ Logística/Suprimentos
- ✓ _____
- ✓ _____

Avaliação do Conselheiro

Níveis risco:

1. Baixo
2. Médio
3. Alto

PROAES

Processos auditáveis:

- ✓ Restaurante/Bolsas
- ✓ _____
- ✓ _____

Avaliação do Conselheiro

Níveis risco:

- 1 Baixo
- 2 Médio
- 3 Alto

PROEX

Processos auditáveis:

- ✓ Bolsas/PPC
- ✓ _____
- ✓ _____

Avaliação do Conselheiro

Níveis risco:

- 1 Baixo
- 2 Médio
- 3 Alto

PROGEPE

Processos auditáveis:

- ✓ Acumulação/Substituição de chefia
- ✓ _____
- ✓ _____

Avaliação do Conselheiro

Níveis risco:

- 1 Baixo
- 2 Médio
- 3 Alto

PROGRAD

Processos auditáveis:

- ✓ Bolsas/PPC
- ✓ _____
- ✓ _____

Avaliação do Conselheiro

Níveis risco:

- 1 Baixo
- 2 Médio
- 3 Alto

PROPMI

Processos auditáveis:

- ✓ Bolsas, Patentes
- ✓ _____
- ✓ _____

Avaliação do Conselheiro

Níveis risco:

- 1 Baixo
- 2 Médio
- 3 Alto

PROPLAN

Processos auditáveis:

- ✓ Indicadores/Monitoramento PDI
- ✓ _____
- ✓ _____

Avaliação do Conselheiro

Níveis risco:

- 1 Baixo
- 2 Médio
- 3 Alto

SAEN - ARQUITETURA E ENGENHARIA**Avaliação do Conselheiro**

Processos auditáveis:

- ✓ Manutenção/Patrimônio
- ✓ _____
- ✓ _____

Níveis risco:

- 1 Baixo
 - 2 Médio
 - 3 Alto
-

SCS - COMUNICAÇÃO SOCIAL**Avaliação do Conselheiro**

Processos auditáveis:

- ✓ Mecanismos de visibilidade/Divulgação
- ✓ _____
- ✓ _____

Níveis risco:

- 1 Baixo
 - 2 Médio
 - 3 Alto
-

SDC - DOCUMENTAÇÃO**Avaliação do Conselheiro**

Processos auditáveis:

- ✓ SINARC/Tratamento de arquivos
- ✓ _____
- ✓ _____

Níveis risco:

- 1 Baixo
 - 2 Médio
 - 3 Alto
-

SRI - RELAÇÕES INTERNACIONAIS**Avaliação do Conselheiro**

Processos auditáveis:

- ✓ Bolsas/Mobilidade Internacional
- ✓ _____
- ✓ _____

Níveis risco:

- 1 Baixo
 - 2 Médio
 - 3 Alto
-

STI - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**Avaliação do Conselheiro**

Processos auditáveis:

- ✓ Monitoramento PDTIC/Manutenção
- ✓ _____
- ✓ _____

Níveis risco:

- 1 Baixo
 - 2 Médio
 - 3 Alto
-

CENTRO DE ARTES**Avaliação do Conselheiro**

Processos auditáveis:

- ✓ Receitas/Custeio
- ✓ _____
- ✓ _____

Níveis risco:

- 1 Baixo
 - 2 Médio
 - 3 Alto
-

ANEXO IV – QUADRO RESUMO DAS ATIVIDADES

Ação	Risco	Objetivos	H/H
ACOMPANHAMENTO/AVALIAÇÃO DA GESTÃO			
RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA RAINT	Inobservância dos procedimentos legais vigentes, em desconformidade com a IN 09/2018-CGU.	Elaborar o Relatório Anual de Auditoria Interna RAINT de 2018. Apresentando os resultados dos trabalhos desenvolvidos pela equipe da Unidade de Auditoria Interna.	200
RELATÓRIO DE GESTÃO 2018	Inobservância e descumprimento dos procedimentos legais e formais vigente do TCU na elaboração do Relatório de Gestão 2018.	Emitir Parecer e consolidar os itens do Relatório de Gestão sobre a atuação da Auditoria Interna, conforme os normativos do TCU.	200
PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA- PAINT	Inobservância dos procedimentos legais e formais vigente. Descumprimento do preceituado normativo.	Elaborar o Plano Anual das Atividades de Auditoria Interna PAINT das ações que serão desenvolvidas no ano de 2020.	200
ASSESSORAMENTO AO TCU/CGU E ACOMPANHAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES	Risco de falta de acompanhamento pela unidade de auditoria interna, bem como risco da ausência de atendimento pelo setor competente a essas determinações e recomendações.	Assessorar a equipe de Auditoria e acompanhar a implementação das recomendações dos Órgãos de Controle Interno/Externo. Neste trabalho o objetivo é alcançar resultados efetivos, com atuação de forma integrada, buscando a correção das falhas detectadas, e ainda, apresentar medidas corretivas quando couber.	400
AVALIAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DOS RELATÓRIOS DE AUDITORIA INTERNA	Não implementação das recomendações da Auditoria interna pelos setores auditados.	Verificar a implementação das recomendações emitidas pela Auditoria Interna referente aos relatórios enviados pela unidade no exercício de 2014 a 2018.	360
PDI	Ausência de ações de monitoramento, coordenação e controle do cumprimento das metas definidas no PDI.	Verificar a efetividade da implantação do PDI	720
IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS DOS MACROPROCESSOS DAS ÁREAS ESTRATÉGICAS	Ausência de rotinas e fluxo de processos para tomada de decisão.	Avaliar os riscos de controles internos em pelo menos 02 (duas) Áreas Estratégicas da Gestão, quanto ao mapeamento dos riscos de cada unidade organizacional, em conjunto com o Comitê de Riscos.	580
MACROPROCESSOS			
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	Ausência de conformidade, controle e fiscalização nos restaurantes universitários.	Apresentar o resultado da verificação da prestação de serviços de fornecimento de alimentação via restaurantes universitários.	720
PROGRAD - CERTIFICADOS E DIPLOMAS	Descumprimento a aderência dos procedimentos de controles	Avaliar as estruturas de controles internos instituídas pela Universidade na expedição de certificados e diplomas.	640

	administrativos em relação à legislação pertinente.		
ÁREAS ESTRATÉGICAS			
PROPLAN – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	Risco de inconsistência dos saldos contábeis, prejudicando a consolidação do Balanço Geral da União, situação que poderá ser mitigada com o acompanhamento efetivo mês a mês pelo Departamento de Contabilidade.	Emitir Relatório sobre as Demonstrações Contábeis do 2º semestre de 2018 e 1º semestre de 2019.	1.280
PROAD – CONTRATOS COM AS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO	Não aplicação de práticas sustentáveis de utilização da energia elétrica e da água.	Verificar oportunidades de melhorias no uso mais eficiente dos recursos públicos, particularmente, no que tange às condições contratuais de fornecimento de energia elétrica e água.	720
PROGEPE – COORDENAÇÃO DE PESSOAL DOCENTE	Inobservância dos procedimentos legais e formais vigentes.	Aferir o cumprimento da legislação pertinente. O resultado que se espera é evitar impropriedades na área de Progressão Funcional (nível), Promoção (classe) e concursos.	640
SAEN – MANUTENÇÃO PREDIAL	Ausência de manutenção preventiva, ocasionando maiores gastos e risco a segurança dos usuários.	Avaliar a sistemática da gestão predial, com foco na manutenção preventiva e corretiva.	360
PROLAN – FUNDAÇÃO DE APOIO	Falta de transparência na relação com a Fundação de Apoio	Verificar os requisitos relativos à transparência no relacionamento com a FEC, em atendimento ao acórdão 1.178/2018 - TCU - Plenário.	640
SAEN – SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO	Risco a integridade física daqueles que frequentam a Instituição, que é local de grande circulação de pessoas, e à proteção ao patrimônio da Instituição, além dos recentes episódios de incêndio amplamente divulgados.	Responder as questões de auditoria propostas neste documento intitulado "Matriz de Planejamento sobre Segurança contra Incêndio e Pânico".	360